

O Estado de S. Paulo

19/5/2007

ENERGIA E COMBUSTÍVEIS

Minas discute ICMS menor para o álcool

Para empresários, alíquota de 25% no Estado dificulta desenvolvimento do setor; governo teme impacto fiscal

Eduardo Kattah

BELO HORIZONTE

O governo de Minas Gerais e os usineiros retomaram a discussão referente à redução da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) cobrada sobre a venda do álcool combustível produzido no Estado. As projeções indicam que Minas deverá se consolidar, nos próximos anos, como o segundo maior produtor de álcool do País, mas os empresários reclamam que a alíquota de 25% impede a ampliação do mercado doméstico e trava projetos de construção de usinas.

A expectativa é de que o governador Aécio Neves (PSDB) siga o exemplo de outros Estados, que diminuíram as alíquotas. Em 2003, São Paulo reduziu o ICMS cobrado de 25% para 12%. Em Goiás, a alíquota é de 15%. As autoridades estaduais admitem que é preciso dar mais competitividade aos usineiros mineiros. "Há disposição (para a redução da alíquota de ICMS), não tem é data marcada", afirmou o secretário de Estado da Agricultura, Gilman Viana Rodrigues.

Ex-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg), Rodrigues disse que "não é uma obrigação" do governo mineiro repetir o corte imposto por São Paulo. "Mas, se é para criar um espaço de igualdade competitiva, seria isso", ponderou.

De acordo com o secretário, o que tem retardado a decisão é a projeção de perda de receitas e a ameaça ao equilíbrio fiscal do Estado. "Não vejo nenhuma resistência ou desinteresse do governo em examinar o assunto, mas o eixo da política fiscal é manter o equilíbrio."

"O governador está sensibilizado, o problema são as contas", disse Luiz Custódio Cotta Martins, presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Minas Gerais (Siamig), que se tem reunido com o secretário de Desenvolvimento Econômico, Márcio de Araújo Lacerda, para tratar do assunto.

Aécio declarou recentemente que a "prioridade absoluta" de seu segundo mandato é planejar o futuro do setor no Estado, que deverá ser sede de um centro de inteligência e estudos para a utilização do etanol combustível (álcool) com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Em Minas, a redução do ICMS não precisa ser submetida à Assembleia Legislativa, pois uma lei aprovada pelos deputados estaduais autoriza o governador a diminuir alíquotas do imposto sempre que a competitividade do Estado, em alguns setores, estiver ameaçada.

O governador teria condicionado o benefício a um repasse de parte dos ganhos para os trabalhadores. O presidente da Siamig, porém, não confirmou a informação. Segundo Martins, um cortador de cana em Minas consegue remuneração mensal média de R\$ 740 a R\$ 800.

OBSTÁCULO

A maior resistência está na Secretaria da Fazenda, que recorre à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em meio às discussões, a secretaria elaborou uma nota destacando que a redução da alíquota implica a identificação de outra fonte de receita que compense a eventual perda de arrecadação decorrente do benefício fiscal.

A arrecadação média mensal de ICMS no Estado é da ordem de R\$1,4 bilhão. O setor de combustíveis e lubrificantes responde por aproximadamente 23% desse total. O álcool combustível representa menos de 10% dessa arrecadação.

"Quem vai ter ganho com a redução do ICMS é o consumidor, que terá um produto mais barato. O que nós teremos é um mercado maior. Vamos poder vender dentro do Estado mais álcool", argumentou Martins.

Segundo o presidente da Siamig, entre 2005 e 2006, foi verificado um aumento de até 35% no consumo de álcool combustível em Estados que reduziram o imposto. Em Minas, no mesmo período, o consumo caiu 7%. "Temos 11% de carro flex em Minas hoje e há mais de um ano esse carro não usa álcool, só usa gasolina porque a relação de preço entre o álcool e a gasolina sempre foi maior do que 70%", observou Martins.

Combustível responde por 10% da arrecadação do imposto no Estado

(Página B17 — ECONOMIA)